

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Referência: Procedimento Licitatório Presencial n.º 006/2024 – Núcleo de Licitação - NLC/PRES.

Objeto: Contratação integrada de empresa ou consórcio, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia; à elaboração de “Como Construído” (As Built); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; à montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para fornecimento e instalação de equipamentos e mobiliários; à entrega final, em condições de funcionamento, da **sede do 6º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (6º BPM) e unidades policiais militares associadas**, a ser implantada no SAFN Quadra 4 Lote Batalhão de Polícia Militar – PMDF, Plano Piloto/DF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. O Procedimento Licitatório Presencial n.º 006/2024 teve seu edital republicado em 10 de março de 2025, com a abertura do certame prevista para 14 de maio de 2025, às 9 horas.

1.2. Foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimento, conforme Doc. SEI/GDF n.º 170405150.

2. DA TEMPESTIVIDADE

2.1. Primeiramente, cumpre esclarecer a intempestividade do pedido de esclarecimento, embora este tenha sido respondido pela área técnica.

3. DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE

3.1. As razões apresentadas pela empresa interessada incluem as indagações a seguir, que foram respondidas pela área técnica por meio do Despacho 170540723.

Questionamentos	Respostas
<p>1. Sobre licenças, outorgas e aprovações.</p> <p>O edital no seu objeto descreve o seguinte:</p> <p>Contratação integrada de empresa ou consórcio, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia; à elaboração de “Como Construído” (As Built); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; à montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para fornecimento e instalação de equipamentos e mobiliários; à entrega final, em condições de funcionamento, da sede do 6º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (6º BPM) e unidades policiais militares associadas, a ser implantada no SAFN Quadra 4 Lote Batalhão de Polícia Militar –PMDF, Plano Piloto/DF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.</p> <p>PERGUNTA-SE: já que a responsabilidade é da empresa vencedora, à obtenção de licenças, outorgas e aprovações e sabendo-se que estas licenças têm custos e faixas de valores distintas a serem consideradas, já que está especificado no TR no item 16.1.18 como responsabilidade da CONTRATADA o seguinte:</p> <p style="padding-left: 40px;">“16.1.8. Regularizar e aprovar os projetos nos órgãos competentes, tais como CAP, CBMDF, CAESB, NEOENERGIA, CEB, COMAER, DIVISA/ANVISA, NOVACAP, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL, IBRAM, dentre outros, elaborando todos os documentos e estudos solicitados pelos órgãos competentes para cada uma das aprovações”.</p> <p>Questiona-se, porque na planilha de preços TODAS essas licenças, alvarás, outorgas e autorizações não são remuneradas? Haja vista que apenas tem previsão orçamentária com os custos com Corpo de Bombeiros, Concessionárias de água e Esgoto, Energia e Telecomunicações.</p> <p>E os outros custos com alvarás, habite-se, outorgas dos demais órgãos que não tem previsibilidade orçamentária como serão repassados a CONTRATADA?</p>	<p>Ainda que a planilha orçamentária destaque de forma explícita apenas algumas despesas (como custos com Corpo de Bombeiros, concessionárias de água, esgoto, energia e telecomunicações), todos os custos relacionados às licenças e aprovações — inclusive aqueles que não possuem previsão nominal — devem ser considerados como de responsabilidade da empresa contratada. Tais encargos fazem parte do escopo contratual, estando implicitamente incluídos na remuneração dos projetos e no preço global ofertado pela licitante, conforme a natureza da contratação integrada. Portanto, não há repasse adicional por parte da Administração, sendo obrigação da contratada prever, em sua proposta, todos os encargos necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.</p>

2. Relativo à regularidade fiscal.

O Edital no seu item 10.1.2, conforme redação abaixo faz as seguintes exigências: “10.1.2 Relativamente à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal para todas as empresas licitantes. Prova de regularidade com a Fazenda do Município e do respectivo Estado, para as empresas licitantes com sede ou domicílio fora do Distrito Federal.”

PERGUNTA-SE: A licitação será permitida apenas para quem tem Cadastro com a Fazenda do Distrito Federal conforme exigência da letra “c” - prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal para todas as empresas licitantes?”

Em atendimento, este Núcleo esclarece:

Empresas de outros estados podem participar, desde que emitam a prova de regularidade junto à Fazenda do Distrito Federal, mesmo que apareçam como não cadastradas.

3. Sobre a Gestão Ambiental e Critérios de Sustentabilidade.

O Termo de Referência do Edital, na pág. 34, item 18. GESTÃO AMBIENTAL E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE informa o seguinte no subitem “18.7. Caso haja necessidade de realizar Plano de Recuperação de Área Degradada ou Alterada - PRADA, fica a CONTRATADA responsável pela elaboração do referido estudo, dos documentos necessários para obtenção de eventuais licenças, bem como execução das atividades necessárias para recuperação da área, conforme Instrução Normativa n.º 33, de 02 de outubro de 2020 – Brasília Ambiental e demais normativas referentes correlacionadas. A necessidade do PRADA deve ser informada à CONTRATANTE bem como à interessada para direcionamento e tratativas junto ao órgão ambiental”

PERGUNTA-SE: já que esses custos com as atividades necessárias para recuperação da área, depende do projeto executivo ainda a ser elaborado e que essas atividades para atendimento da Gestão Ambiental poderão ter valores excessivos e que provocarão desequilíbrio financeiro do contrato, por que não possuem previsão no orçamento?

Todos os custos associados à gestão ambiental — inclusive aqueles que porventura venham a ser identificados após a elaboração dos projetos — devem ser previstos pela licitante em sua proposta. Isso porque o escopo contratual inclui, de forma expressa, a responsabilidade pela elaboração dos projetos básico e executivo, o que abrange a avaliação de eventuais passivos ambientais e a adoção de medidas necessárias à sua regularização. Assim, não se configura desequilíbrio contratual, pois tais obrigações fazem parte do risco assumido pela contratada, devendo todos os encargos serem computados nos preços ofertados. Cabe à licitante apresentar proposta compatível com todas as obrigações legais e ambientais exigidas para a plena execução do objeto.

4. Sobre o Exame das Propostas de Preços

O Termo de Referência do Edital, na pág. 15, item 12. DO EXAME DA(S) PROPOSTA(S) DE PREÇOS, em seu subitem 12.1.2 diz o seguinte:

“12.1.2 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Novacap, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis;”.

PERGUNTA-SE: De qual forma será aplicada essa garantia adicional? Qual o percentual?

Deverá ser apresentada a garantia normal e mais a adicional, no ato da assinatura do contrato.

5. Quanto ao material disponibilizado no site da NOVACAP com informações divergentes do Edital.

Em análise ao material disponibilizado no site da Novacap no link:

<https://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/licitadetail/6546> , nos arquivos disponibilizados de forma eletrônica, possuem arquivos que estão divergentes do Edital.

O Edital faz referência PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PRESENCIAL n.º 006/2024 – NÚCLEO DE LICITAÇÃO - NLC/PRES, cujo objeto é OBJETO: “Contratação integrada de empresa ou consórcio, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia; à elaboração de” Como Construído” (As Built); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; à montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para fornecimento e instalação de equipamentos e mobiliários; à entrega final, em condições de funcionamento, da sede do 6º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (6º BPM) e unidades policiais militares associadas, a ser implantada no SAFN Quadra 4 Lote Batalhão de Polícia Militar – PMDF, Plano Piloto/DF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos”

Como parte integrante do Edital que complementa o processo, está incluso no processo o documento SEI/GDF - 163067721 - Elementos Técnicos para Licitação cujo arquivo nomeado << Elementos técnicos de licitação 004 2025 >> em extensão PDF, informa número de Licitação diferente (004/2025) onde inclusive cita algumas exigências que são totalmente diferentes do processo levando a dupla interpretações que podem gerar dúvidas e questionamentos aos concorrentes prejudicando a lisura e transparência do processo, conforme pode ser visto na imagem abaixo:

19/02/2025, 15:00

SEI/GDF - 163067721 - Elementos Técnicos para Licitação



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Divisão de Análise Técnica

ELEMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

1. NÚMERO: 004/2025

2. DATA: 12/02/2025

3. PROCESSO: 00112-00029306/2023-11

4. LOCAL: NOVACAP – SAP LOTE B – Brasília/DF

5. OBJETO: Contratação integrada de empresa ou consórcio, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia; à elaboração de “Como Construído” (As Built); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; à montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para fornecimento e instalação de equipamentos e mobiliários; à entrega final, em condições de funcionamento, da sede do 6º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (6º BPM) e unidades policiais militares associadas, a ser implantada no SAFN Quadra 4 Lote Batalhão de Polícia Militar – PMDF, Plano Piloto/DF.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO: 720 (setecentos e vinte) dias corridos conforme item 17.2 do Termo de Referência Obras de Edificações-R05 (Doc SEI/GDF nº 162754228).

7. VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS: R\$65.162.806,67 (sessenta e cinco milhões, cento e sessenta e dois mil oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos).

8. FONTE DE RECURSOS: Os recursos para custear a presente contratação estão previstos na Cláusula Sexta do Convênio nº 001/2024-PMDF (138469964 e 146862334) celebrado entre a NOVACAP e o Distrito Federal, por intermédio da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, conforme processo nº 00054-00046437/2023-03 e item 5.2.1. do Termo de Referência Obras de Edificações-R05 (Doc SEI/GDF nº 162754228).

Considerando que foi alertado no Parecer SEI-GDF n.º 472/2024 - NOVACAP/PRES/DI/DECONS (147994533), item 46:

46. Sabe-se que os recursos para custear a contratação estão previstos na Cláusula Sexta do Convênio nº001/2024-PMDF (146862334). Contudo, deve ser assegurado nos autos a Disponibilidade Orçamentária e Financeira para licitar, contratar e executar o objeto da contratação. Além disso, alerta-se para o atendimento das disposições contidas no Decreto nº 16.754/2024 e no Edital de Licitação nº 004/2025. Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, as exigências da Capacidade Técnica informadas neste documento, são dissonantes das exigências do que foi exigido no Edital e no Termo de Referência.

PERGUNTA-SE: Por conta das divergências encontradas não seria necessário a readequação ou correção do Edital para que não ocorra duplas interpretações e questionamentos das empresas concorrentes?

O documento citado no questionamento, identificado como **SEI/GDF 163067721** – **Elementos Técnicos para Licitação**, trata-se de peça técnica interna do processo, elaborada por uma das divisões técnicas envolvidas na instrução da contratação. O número constante no título do arquivo, **004/2025**, refere-se à numeração interna atribuída ao documento pela respectiva área técnica para controle e organização dos elementos instrutórios, não sendo este o número oficial do procedimento licitatório, que permanece corretamente identificado no edital como **Procedimento Licitatório Presencial nº 006/2024 – NLC/PRES**. Tais documentos subsidiam a formulação do Termo de Referência e integram o processo apenas como elementos de apoio, sendo o edital e seus anexos os instrumentos normativos vinculantes aos licitantes. Por fim, cumpre destacar que **não há divergência nas exigências de capacidade técnica**. As informações

constantes nos
"Elementos Técnicos
para Licitação"
coincidem
integralmente com as
disposições do
Termo de Referência
e do Edital,
inexistindo, portanto,
qualquer
possibilidade de
dupla interpretação
que comprometa a
lisura, transparência
ou isonomia do
certame.

3.2. É o breve relatório.

4. CONCLUSÃO

4.1. Sendo estas as informações, consideramos atendido o pedido de esclarecimento.

4.2. A resposta ao pedido de esclarecimento ficará disponível e será divulgada no seguinte endereço eletrônico: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 13/05/2025, às 13:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **170555029** código CRC= **E7B2DBC**B.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Site - www.novacap.df.gov.br